

Planalto prepara decreto da Constituinte

FOLHA DE SÃO PAULO

14 MAI 1985

Assinatura

Da Sucursal de Brasília

presidente, sua aprovação trouxe alguns problemas para o governo.

Entre eles, os líderes apontam o questionamento do voto de liderança — que permite aos líderes votarem em nome de suas bancadas — que consideram a forma mais eficaz de agilizar a aprovação de matérias. Atualmente, existem projetos que pretendem acabar com o voto de liderança, como o do senador Guilherme Palmeira (PFL-AL).

Convocação

A minuta do decreto da convocação da Constituinte será entregue ao Presidente quarta-feira pelo ministro Fernando Lyra. Na reunião será discutida a maneira de se apresentar o decreto, de forma que os três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — possam endossá-lo. Sarney vai revelar alguns dos nomes que farão parte da comissão do governo, encarregada de elaborar um anteprojeto da nova Carta, a ser apresentado como sugestão à Assembleia Constituinte.

O Presidente, a exemplo do que fez nas reuniões anteriores, continuará a discutir seu projeto de pacto político. Sarney pretende fazer um levantamento do que pensam as diversas

correntes políticas, na tentativa de buscar uma maior sustentação para seu governo. Depois de consolidar o acordo político, o Presidente pensa em começar a discutir o pacto social, convidando, para audiências, lideranças patronais e trabalhistas.

Debate econômico

Na parte econômica da reunião, dois itens de imediata repercussão política: Sulbrasileiro e dívida externa. O Sulbrasileiro está provocando polêmica no Congresso. A principal discussão é a estabilidade dos funcionários do banco que os parlamentares gaúchos querem fixada em um ano. Já o senador Humberto Lucena, líder do PMDB, acredita que isso seria conceder um privilégio aos funcionários do Sulbrasileiro, que seria imediatamente reivindicado pelos outros bancários.

Com relação à dívida externa, os líderes da Aliança querem os detalhes da conversa entre o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e o Fundo Monetário Internacional. As declarações do ministro, de que o Brasil não pode continuar aceitando auditorias nas suas contas, vem sendo aplaudida pelos líderes do governo.

A discussão do decreto de convocação da Assembleia Constituinte, que deverá ser baixado nos próximos dias, será o principal assunto da reunião do Conselho Político, hoje, no Palácio do Planalto. O Conselho — integrado pelos ministros Fernando Lyra (Justiça) e José Hugo Castelo Branco (Gabinete Civil) e pelos líderes da Aliança Democrática no Congresso — deverá discutir ainda temas como o Sulbrasileiro, a dívida externa e a tramitação das matérias no Congresso.

A discussão sobre a convocação da Constituinte deverá ser aberta com uma avaliação das consequências da aprovação do emendão para o governo. Na opinião de alguns líderes da Aliança Democrática, embora a nova legislação signifique um progresso político para o País, especialmente pelo restabelecimento das diretas para prefeitos das Capitais e para

Políticos querem estar na comissão da nova Carta

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, apresentará, nas próximas horas, ao presidente José Sarney pedido para que sejam incluídos na comissão encarregada de propor um anteprojeto da nova Carta — a ser designada por Sarney até o final do mês — deputados e senadores que representariam os partidos com bancadas no Congresso. A lista para composição do grupo, com cerca de cinquenta nomes, contempla apenas o líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, convidado por Tancredo Neves, para ser o relator do trabalho da Comissão.

A participação do atual Congresso na elaboração do texto, com o qual o governo pretende colaborar com a futura Assembleia Constituinte, foi sugerida pelo 1º vice-presidente da Câmara, Carlos Wilson (PMDB-PE). Ulysses, que ouviu a ideia diretamente de seu autor, na quinta-feira passada, aprovou a sugestão e prometeu levá-la ao presidente da

República. Estudo realizado pela assessoria do ministro Fernando Lyra, da Justiça, constatou que não há impedimento legal à nomeação de parlamentares para comissões designadas pelo Poder Executivo.

O líder do PDS na Câmara, Prisco Viana, é contra a inclusão de representantes do Congresso no grupo de trabalho do governo. Se o Congresso vier a participar, admite o deputado, "poderá ser levado a aceitar caminhos ou modelos que acabariam sendo impostos". Prisco acha que os congressistas não devem tomar parte em Comissões do Executivo e acrescenta: "Quando muito, nesse caso, o Congresso deveria criar a sua própria comissão".

Decreto

Na manhã de hoje, o Conselho Político do Governo discutirá com o presidente José Sarney a composição da Comissão da Constituinte e os detalhes do decreto de convocação, que deverá ser baixado nos próximos dias. O ministro Fernando Lyra, que

participará da reunião, apresentará amanhã a Sarney a minuta do decreto, cuja data de assinatura e publicação será definida pelo Presidente.

Para formar a Comissão, Sarney dispõe de cerca de cinquenta nomes, relacionados em duas listas. A primeira, organizada por Tancredo Neves e entregue por Lyra ao sucessor na última semana de abril, exibe entre pouco mais de trinta nomes, os do jurista Afonso Arinos (presidente), ex-senador Paulo Brossard e senador Fernando Henrique Cardoso (relator) — os três convidados formalmente por Tancredo.

A outra, preparada pelo próprio Sarney, inclui entre quinze nomes os dos juristas Saulo Ramos, José Meira e Ferro Costa.

Se acatar a sugestão de incluir representantes do Congresso no grupo, o presidente terá de decidir se amplia a comissão ou se corta alguns dos nomes indicados como representantes da sociedade civil.

Lyra garante revisão de leis antes do início da Assembleia

Da Reportagem Local e da Sucursal do Rio

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, 47, garantiu ontem em São Paulo que toda a legislação referente a propaganda eleitoral, imprensa, greve e segurança nacional será revista antes da instalação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Ele levará ao presidente José Sarney, amanhã, a minuta do decreto que o Palácio do Planalto enviará ao Congresso Nacional convocando a Constituinte.

"A Constituinte tem que ser livre para ser soberana. Para isso, é fundamental que a legislação seja compatível com a realidade", disse o ministro antes de reiterar que caberá a Sarney determinar a data em que a mensagem de convocação da Consti-

tuinte será encaminhada ao Congresso Nacional.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) definiu-se, ontem, em sessão plenária, a favor de uma Constituinte "livre, soberana e autônoma". A convocação da Assembleia Nacional Constituinte deve ser feita, segundo os membros do Conselho Federal da OAB, o mais rápido possível, pois "o maior entusiasmo autoritário é a atual Constituição Federal".

O Conselho — que estudará na próxima reunião plenária outros aspectos da questão — manifestou-se, ainda, contra a transformação do atual Congresso em Constituinte e também contra a possibilidade da futura Constituinte vir a ser transformada em Congresso Nacional.

ANC 88

Pasta 03-05/85

083/1985